



Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza
Centro de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

Redução de Danos e Análise do Comportamento – um Modelo
Teórico e uma Proposta de Intervenção Comunitária

Monografia apresentada ao Curso de
Psicologia do Centro de Ciências Humanas –
CCH da Universidade De Fortaleza –
UNIFOR como requisito para a conclusão do
curso de graduação em Psicologia, orientado
pelo Prof^a. Ms. Daniely Brito I. Tatmatsu

Felipe Lustosa Leite

Fortaleza – Ceará

2006

Redução de Danos e Análise do Comportamento – um Modelo Teórico e uma Proposta de Intervenção Comunitária

Em decorrência dos diversos problemas relacionados ao uso e abuso de drogas, tem-se a necessidade de buscar novas perspectivas de intervenção a nível comunitário a fim de minimizar os prejuízos sociais ligados ao mesmo. Partindo de uma visão teórica da análise do comportamento e dos princípios e estratégias de redução de danos, esse trabalho tem o objetivo de elaborar uma proposta de intervenção em comunidades com o intuito de realizar planejamentos culturais nas mesmas para que aprendam estratégias particulares de enfrentamento aos problemas relacionado ao uso e abuso de drogas. A metodologia empregada fora uma revisão de literatura acerca das temáticas acima expostas e cruzando os conteúdos estudados. Acreditando que fenômenos sociais são compostos de diversas contingências entrelaçadas e também pelos produtos agregados consequentes às mesmas, foi focado um estudo no terceiro nível de seleção do comportamento através de suas consequências, com destaque especial para o conceito de metacontingências. Como resultado, foi visto que é possível estudar fenômenos sociais e implementar práticas contrárias ao reducionismo e capazes de englobar o homem tanto a nível biológico, como também individual e social, percebendo ainda as incontáveis relações entre diversos fenômenos presentes na teia social, e não enxergando questões sociais como isoladas, mas em constante relação umas com as outras.

Palavras-chave: Redução de Danos, Análise do Comportamento, Intervenções Comunitárias.



UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Curso de Psicologia

PARECER

Vimos, por meio desta, recomendar a monografia intitulado “Redução de Danos e Análise do Comportamento – um modelo teórico e uma proposta de intervenção comunitária”, do autor Felipe Lustosa Leite, para concorrer ao Prêmio Sílvia Lane, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP.

O presente trabalho é de extrema relevância para a Psicologia em função da originalidade da produção do conhecimento articulando uma questão social polêmica, a política pública de saúde de redução de danos, e a análise do comportamento; além da contribuição social visto que o modelo teórico proposto foi produzido a partir de intervenções na comunidade.

Fortaleza, 31 de Março de 2007.

Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu
Orientadora da Monografia

1) Introdução e justificativa

O uso de substâncias psicoativas (SPA) para alterar a forma como o homem percebe o mundo ao seu redor é uma prática costumeira desde os primórdios da humanidade. Alguns povos orientais já fumavam o haxixe há aproximadamente dez mil anos, enquanto civilizações pré-colombianas mantinham o hábito de mascar folhas de coca. Porém, o estudo aprofundado e a noção dos prejuízos à saúde em decorrência do uso prolongado de tais substâncias data do século XVIII (BERRIDGE, 1994, p. 14).

No presente estudo, é visada uma análise aprofundada da política de saúde pública de Redução de Danos. Para se iniciar uma discussão acerca desta prática de saúde, inicialmente se faz necessário abordar a evolução e atual visão do conceito de dependência química.

Segundo Berridge (1994, p. 16), os primeiros trabalhos encontrados na literatura médica acerca da drogadição datam do século XVIII, com raros trabalhos envolvendo o uso contínuo, a tolerância e as consequências da retirada da substância, focando principalmente o álcool e o ópio. Neste período ainda considerava-se que o ato de beber ainda estivesse sob total controle do indivíduo, sendo que se este bebesse demasiadamente, era porque ele queria, tinha sido uma escolha do sujeito.

No século XIX ganham força teorias nas quais o uso contínuo de álcool e ópio são consideradas como uma “doença da mente” ou um “transtorno da vontade”, e passaram a serem tratadas como doenças (BERRIDGE, 1994, p. 17). Essas idéias não eram ainda uma grande novidade, visto que já haviam sido abordadas no século anterior, embora de forma mais tímida. A grande novidade em relação ao uso de SPA era que:

“uma determinada conjunção de forças políticas, culturais e sociais deu hegemonia a esses conceitos. Os movimentos de abstinência e antiópio preocupam-se em recuperar os bebedores, acabar com o envolvimento da Grã-bretanha no comércio de ópio na China e em restringir o uso de opiáceos aos ‘legítimos propósitos médicos’”. (BERRIDGE, 1994, p. 17).

É ainda no século XIX que surge a idéia da predisposição hereditária e da constituição do indivíduo para o alcoolismo, dando ênfase à influência biológica para o desenvolvimento de um quadro de adição.

Na virada do século XIX para o XX começaram a surgir idéias a respeito da higiene social e conceitos de saúde pública. Como a alternativa mais viável para a doença hereditária do alcoolismo é sugerida a prevenção, que alia-se à educação, chegando a ser sugerida por um corpo de médicos que conteúdos sobre higiene e abstinência fosse incluídos no código de instrução escolar britânico em 1904 (BERRIDGE, 1994, p. 19). É neste período que ascende o uso do termo *adição* para se referir à doença do uso problemático de uma substância psicoativas.

Ainda neste período se inicia a inclusão da psicologia no estudo acerca da *adição*, levantando uma visão diferente da apresentada pelo modelo médico. Por influência da psicanálise, levanta-se o discurso da necessidade do álcool ou de outra SPA surge quando há uma grande quantidade de energia psicológica alojada no inconsciente, com fortes dificuldades de se alojar no consciente. Embora seja uma visão sem possibilidade de validação científica, essa concepção levou à adoção da psicoterapia como uma alternativa para o tratamento da *adição*, ao invés de centrá-los em tratamentos farmacológicos.

Em 1926, através do Relatório Rolleston, foram especificadas as características da dependência, sendo estas o domínio do uso da droga, o motivo que leva o adulto a refugiar-se da realidade, o desejo irresistível, a tolerância e a síndrome de abstinência. (BERRIDGE, 1994, p. 23). Esse trabalho foi de extrema importância para que a nascente Organização Mundial de Saúde (OMS) viabilizasse políticas para abordar a dependência química, sendo uma delas a Redução de Danos.

Nos dias atuais, vê-se uma distinção no uso de drogas caracterizadas pelo nível de complicações que esse uso pode levar à vida do indivíduo, chegando assim uma definição mais clara do que seja a dependência química. Segundo Bordin, Figlie e Laranjeira (2004):

“Não existe uma fronteira clara entre uso, abuso e dependência. Poderíamos definir **‘uso’** como qualquer consumo de substâncias, seja para experimentar, seja para esporádico ou episódico; **‘abuso’** ou **‘uso nocivo’** como o consumo de substâncias já associado a algum tipo de prejuízo (biológico, psicológico ou social); e, por fim, **‘dependência’** como o consumo sem controle, geralmente associado a problemas sérios para o usuário. Isso nos dá uma idéia de continuidade, como uma evolução progressiva entre esses níveis de consumo: os indivíduos passariam, inicialmente, por uma fase de uso, alguns deles evoluiriam para o estágio de abuso e, finalmente, alguns destes últimos tornar-se-iam dependentes” (p.5).

A partir do Relatório Rolleston, já citado acima, foi que se desenvolveu a prática de redução de danos, quando médicos passaram a poder legalmente prescrever opiáceos aos dependentes desta droga, entendendo este ato como tratamento, e não como um incentivo à adição (BRASIL, 2001a, p. 12).

Antes de se aprofundar no conceito de redução de danos, será necessário colocar as três estratégias de controle atualmente adotadas no uso de drogas. A primeira delas é a **redução da oferta**, visando dificultar o desenvolvimento do produto (droga) a ser comercializada, através da queima de plantações, prisões, desmantelamento de quadrilhas e combate legal ao tráfico de drogas (BRASIL, 2001a, p. 11). A segunda destas estratégias é a **redução da demanda**, que são ações exercidas para desestimular ou reduzir o consumo, ou seja, são ações de prevenção ao uso de drogas. Já a terceira destas estratégias é a **redução de danos**, que são ações que buscam prevenir ou reduzir as consequências danosas à saúde possivelmente provocadas pelo uso de drogas, sem necessariamente interferir no consumo ou na oferta (BRASIL, 2001a, p. 11).

Aqui no Brasil, a redução de danos é reconhecida como uma política de saúde pública adotada oficialmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a intervenção e o enfrentamento do uso de drogas, segundo consta na Portaria nº 1.028 de 4 de julho de 2005 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006). Por política de saúde pública entende-se que seja uma diretriz oficial adotada por um estado que deverá ser incorporada em qualquer órgão público de saúde (BENEVIDES, 2005, p. 23).

Podemos definir melhor as ações de redução de danos como:

“... um conjunto de medidas de saúde pública voltadas a minimizar as consequências adversas do uso de drogas. O princípio fundamental que as orienta é o respeito à liberdade de escolha, à medida que os estudos e a experiência dos serviços demonstram que muitos usuários, por vezes, não conseguem ou não querem deixar de usar drogas e, mesmo esses, precisam ter o risco de infecção pelo HIV e hepatites minimizados” (BRASIL, 2001a, p. 11).

Como pôde ser observado acima, um dos focos das ações de redução de danos é a redução do risco de infecção pelo HIV e das hepatites nos usuários de drogas, principalmente no caso dos usuários de drogas injetáveis (UDI). Algumas ações praticadas são a propagação de informações acerca das consequências danosas à saúde em decorrência do uso de drogas, a troca de seringas e agulhas usadas por outras inutilizadas e esterilizadas, distribuição de kits de redução de danos aos UDI (agulha,

seringa, garrote, água destilada para diluir a droga, pano umedecido com álcool, folheto informativo e preservativos), orientações acerca de higienização no momento do uso de drogas, orientações alimentares com o intuito de reduzir os danos ao organismo, dentre outras (BRASIL, 2001a, p. 88).

Também podemos citar a redução de danos sociais, sendo que estes danos podem ser exemplificados como defasagem escolar e no trabalho, problemas familiares e/ou conjugais, endividamento financeiro, dentre outros (CARLINI, GALDURÓZ e NOTO, 1997, p. 105).

O interesse por esse objeto de estudo partiu de uma experiência como estagiário de psicologia do Programa de Prevenção e Redução de Danos da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), ligada à Prefeitura de Fortaleza, que foca o seu trabalho em crianças e adolescentes que fazem uso de drogas. Embora este Programa busque trabalhar na perspectiva da redução de danos, muitos dos profissionais de outros projetos que também abordam crianças e adolescentes que usam ou potencialmente podem vir a serem usuárias de drogas ainda trabalham com base numa visão preconceituosa e diálogos onde o conteúdo coercitivo fica implícito. A aprendizagem por meios coercitivos leva a diversos efeitos colaterais, como contracontrole, reações emocionais indesejáveis e maior dificuldade para possibilitar novas aprendizagens, ainda tornando-as mais lentas (SIDMAN, 1995, p. 153).

2) Problema e objetivos

Embora estudos epidemiológicos (BRASIL, 2001b, p. 29) apontam a eficácia das ações de redução de danos para a diminuição da proliferação do HIV e da manifestação de outras doenças entre os usuários de drogas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, existe ainda uma forte controvérsia acerca da aplicação destas práticas, sendo muitas vezes vistas como um incentivo ao uso de drogas, ao invés de ser uma forma de controlar esse uso. Além disso, mesmo com as possibilidades e avanços observados, é necessário que se propague a perspectiva da redução de danos em todas as situações no qual se constate a presença de usuários de drogas nos serviços básicos de saúde, visto que muitos centros e postos de saúde, e também ambulatorios, não estão preparados para lidar com tal população (BRASIL, 2001a, p. 13).

Em função do exposto, o estudo em alusão consiste em oferecer um embasamento teórico conciso para as ações de redução de danos, fundados na ciência da análise do comportamento, que, tal como coloca Lattal (2005, p. 17), Sério (2005, p. 248), Skinner (1991, p. 86) dentre outros autores, busca estudar o comportamento humano de forma pragmática, como a relação do homem com o meio com que interage, utilizando-se de métodos que possam ser validados cientificamente, levando assim ao desenvolvimento de tecnologias de análise do comportamento eficientes.

Acredita-se que a articulação entre a análise do comportamento e o conceito de redução de danos pode vir a produzir estratégias de intervenção eficazes para a implementação deste último como uma política de saúde pública eficaz para lidar com a questão do uso, abuso e dependência de drogas.

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de intervenção em comunidades para em ações de redução de danos e com um embasamento teórico analítico-comportamental. Os objetivos específicos são produzir conhecimento que possa vir a ser utilizado posteriormente para embasar trabalhos e ações de redução de danos no caso de atenção à pessoas que fazem uso de drogas, realizar um levantamento bibliográfico acerca das análises de práticas culturais na visão da análise do comportamento, ligando esse estudo o tema de redução de danos.

3) Procedimentos

3.1) O Modelo de Seleção Por Consequências

“As consequências do comportamento podem retroagir sobre o organismo. Quando isto acontece, podem alterar a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente” (SKINNER, 2000, p. 65).

3.1.1) A Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento é uma ciência do comportamento humano que é composta por três ênfases: a Análise Experimental do Comportamento (AEC), na qual se focam experimentos e pesquisas laboratoriais a fim de validar cientificamente os conceitos e métodos utilizados pela análise comportamental; o Behaviorismo Radical, filosofia da ciência do comportamento que se foca em explicar e embasar teoricamente os conceitos e métodos utilizados pelos analistas do comportamento, além de trabalhar questões como visões de homem e mundo a partir dos olhos da Análise do Comportamento (SKINNER, 2004, p. 16); e por fim, a Análise Aplicada do Comportamento, na qual os conceitos, métodos e idéias trabalhadas nas duas ênfases anteriores são aplicadas em contextos práticos, sejam estes clínicos, escolares, organizacionais, comunitários, ou qualquer outro campo onde um analista do comportamento possa atuar.

Para começar a falar em Análise do Comportamento, primeiro é necessário definir comportamento. Segundo Skinner (2000, p. 24), o comportamento é definido pela relação que um organismo tem com o meio que o circunda, sendo que sua ação altera o meio, que por sua vez altera o organismo através da consequência da ação deste. Logo, não se coloca que o comportamento é causado por nenhuma instância interna ao homem, mas sim é fruto de sua relação com este meio. Quanto às possíveis causas internas deste comportamento, Skinner (2004) faz a seguinte afirmação:

“... o que é sentido ou introspectivamente observado não é nenhum mundo imaterial da consciência, da mente ou da vida mental, mas o próprio corpo do observador. Isso não significa que a introspecção seja uma espécie de pesquisa fisiológica nem tampouco significa que o que é sentido ou introspectivamente observado seja a causa do

comportamento. Um organismo comporta-se de determinada maneira devido à sua estrutura atual, mas a maior parte disso está fora do alcance da introspecção. De momento, devemos contentar-nos com a história genética e ambiental da pessoa. O que observamos introspectivamente são certos produtos colaterais dessa história”. (p. 19)

Como fora colocado acima, o behaviorismo radical não busca as causas do comportamento em questões internas ao organismo, mas através de sua história genética e ambiental. Para aprofundar o modelo causal do behaviorismo radical, mais adiante será explanado acerca do modelo de seleção do comportamento através de suas consequências, onde, além da história genética e ambiental de um organismo, também será abordada a influência cultural na seleção do comportamento.

3.1.2) O Modelo de Seleção Por Consequências

A partir do que fora colocado até aqui, será abordado o modelo de seleção do comportamento através de suas consequências. Este modelo é colocado como determinante do comportamento humano, no qual não exclui o organismo de qualquer análise sobre as possíveis “causas” de seu comportamento, visto que sua ação implica em uma consequência que seleciona ou não este comportamento (ANDERY e SÉRIO, 2001, p. 161). É a história daquele organismo que define seu comportamento.

Pode-se perceber claramente que o modelo skinneriano de seleção por consequências sofre uma influência da teoria da seleção natural darwiniana (ANDERY, 2001, p, 201), visto que um comportamento sendo mantido pelas suas consequências, ele é mantido pelo fato de que essas consequências são favoráveis para a sobrevivência deste organismo no meio que ele vive. Porém, Dittrich (2004) afirma:

“Skinner deixa claro, porém, que sua teoria do comportamento não é baseada na teoria da seleção natural – e que, portanto, a validade da primeira não depende da segunda. Trata-se apenas de apontar as notáveis similaridades entre esses processos, que permitem agrupá-los sob um modelo causal comum, provendo certa unidade conceitual aos diferentes níveis de determinação do comportamento”. (p. 122)

Quando se fala em níveis de determinação do comportamento, o autor acima citado está se referindo aos três níveis nos quais opera a seleção do comportamento,

sendo estes a seleção em nível filogenético (história da espécie), a seleção em nível ontogenético (história individual do organismo) e a seleção à nível cultural (história das práticas culturais de uma comunidade. Essa classificação não implica necessariamente em uma separação do indivíduo. Pelo contrário, o estudo detalhado destes três níveis de seleção, e suas inter-relações, torna possível compreender o comportamento humano (ANDERY, 2001, p. 207). Para complementar essa idéia, Catania (1999) coloca que o comportamento é:

“uma função conjunta de *contingências filogenéticas*, aquelas que operam nos ambientes ancestrais durante evolução de uma espécie, e de *contingências ontogenéticas*, as que operam durante as interações de um organismo com seu ambiente, durante sua própria vida” (p. 58).

Ainda é possível colocar que o modelo de seleção por consequências dita todo o modelo causal da teoria skinneriana, como aponta Andery (2001):

“O modelo de seleção por consequências também é importante porque define o ambientalismo skinneriano: a adaptação das espécies, do comportamento individual e das práticas sociais ao ambiente, passar a ser referida a um mecanismo causal que coloca nas consequências e na sobrevivência a ênfase, afastando Skinner de uma visão do ambiente como simples detonador e modulando, portanto, sua proposta de controle. Dirá Skinner que exatamente porque os seres vivos não são máquinas, o que podemos fazer é operar sobre as variações, mas que ainda teremos que esperar pela seleção para que estas variações sejam ou não selecionadas.” (p. 200)

Outro ponto importante que vale ser citado é que a seleção por consequências considera essencial a ação do organismo para sua sobrevivência e existência, uma vez que para existir seleção de um comportamento, o organismo deve agir, para que uma consequência dessa ação selecione ou não o comportamento (MICHELETTTO, 2001, p. 117).

A seguir será detalhado cada um dos já citados três níveis, suas unidades de análise e o que é selecionado em cada nível. Por questões didáticas, o nível de seleção filogenético será tratado por Nível 1, o nível de seleção ontogenético será tratado por Nível 2 e o nível de seleção cultural será tratado por Nível 3.

3.1.2.1) O Nível 1

O primeiro nível de seleção caracteriza-se por selecionar traços pertinentes à sobrevivência da espécie, agindo diretamente sobre os genes. O que é selecionado no Nível 1 são características que garantem a sobrevivência de uma determinada espécie, traços genéticos que aumentam a sua probabilidade de sobrevivência em um meio (DITTRICH, 2004, p. 126). Essa seleção ocorre através da variação percebida em características de organismos da mesma espécie que possibilita um maior sucesso daquele espécime no meio, gerando mais descendentes e assim transmitindo seus genes e características à sua prole.

Logo, as características de uma espécie são selecionadas pela consequência que ela mesma fornece aos indivíduos que a compõe. Características que levam ao fracasso da espécie naquele meio desaparecem devido ao fato de que indivíduos que a possuem dificilmente terão herdeiros.

Para os analistas do comportamento, o foco estudado neste primeiro nível de seleção é o comportamento respondente, respostas reflexas de um organismo eliciadas por determinadas estimulações ambientais. O comportamento respondente é definido (SKINNER, 2004, p. 37) como a relação entre um estímulo ambiental e uma resposta fisiológica do organismo (lacrimejar, ansiedade, sentimentos).

A seleção neste nível filogenético envolve mudanças graduais que ocorrem ao longo de extensos períodos de tempo, com mudanças que não podem ser vistas através da análise de indivíduos, mas apenas na análise de uma espécie e sua evolução como um todo. Para a análise das aprendizagens particulares de um indivíduo, parte-se para outro nível na seleção do comportamento, o nível ontogenético.

3.1.2.2) O Nível 2

O segundo nível de seleção age sobre as características ontogenéticas do organismo, ou seja, as contingências que operam nas relações deste com seu ambiente, durante toda sua história de vida (SKINNER, 2004, p. 43). Através dessa interação com o ambiente, as respostas que são emitidas por um determinado organismo são

selecionadas ou não através das consequências oriundas delas. Como coloca Skinner (2000):

“As consequências do comportamento podem retroagir sobre o organismo. Quando isso acontece, podem alterar a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente. A língua portuguesa contém muitas palavras, tais como ‘recompensa’ e ‘punição’, que se referem a este efeito, mas só através da análise experimental será possível formar uma noção mais clara.” (p. 65)

A esse comportamento aprendido através da história de vida de um organismo, proveniente de sua relação com o ambiente, é dado o nome de *comportamento operante* (SKINNER, 2004, p. 43). O paradigma de análise para o comportamento operante é o da tríplice contingência, ou contingência de três termos, que será apresentada neste momento.

O ambiente tanto tem uma participação anterior à ocorrência de uma resposta, quanto posterior, consequenciando-a. É dado o nome de *antecedente* (CATANIA, 1999, p. 28) às condições ambientais nas quais o organismo emite uma resposta (ação do organismo), sendo esta a condição na qual o comportamento ocorre. Este antecedente pode ser um contexto ou um evento que vem antes que ocorra a emissão de uma resposta. Esse estímulo sinaliza que se ocorrer a emissão de determinada resposta, haverá uma determinada consequência. Por exemplo, ao ouvir o toque de um sino, os alunos de uma sala de aula se levantam e saem da sala, pois sabem que neste momento não haverá mais aula.

Às alterações ambientais que ocorrem após o indivíduo emitir uma resposta é dado o nome de *consequência* (CATANIA, 1999, p. 28). Estas tem o poder de aumentar ou reduzir a probabilidade de que essa resposta venha novamente a ocorrer. As consequências de uma resposta podem ser tanto reforçadoras, que aumentam a probabilidade de ocorrência da resposta, ou aversivas, que diminuem a probabilidade de ocorrência da mesma (CATANIA, 1999, p. 29).

Logo, a contingência de três termos pode ser visualizada da seguinte forma:

Antecedente	----	Resposta	----	Consequência
-------------	------	----------	------	--------------

Sendo que nenhum destes elementos tem efeito causal um sobre o outro, apenas se relacionam de forma que, essa relação entre antecedente, resposta e consequência, é o que é denominado de comportamento (SKINNER, 2004, p. 16).

3.1.2.2.1) Reforçamento e Punição

Como fora visto acima na citação de Skinner, podem ser usadas várias palavras para descrever os efeitos de uma consequência, mas os termos utilizados pela análise do comportamento são o reforçamento e a punição.

Essencialmente podemos caracterizar estes dois processos da seguinte forma: quando uma consequência aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta, temos um reforçamento, quando ele diminui a probabilidade de ocorrência desta resposta, o nome dado ao processo é punição (CATANIA, 1999, p. 82, p. 109). Porém, como podemos ver em Sidman (1995):

“O que fazemos é fortemente controlado pelo que acontece a seguir – pelas consequências da ação. Provavelmente, a mais fundamental lei de conduta é: consequências controlam comportamento. Fazemos algo – nos comportamos – e então algo acontece. As consequências do que fizemos determinarão quão provável é que façamos a mesma coisa novamente.” (p. 50)

Logo, pode-se chegar à conclusão de que toda relação entre um organismo e seu ambiente é uma relação de controle.

3.1.2.2.2) Controle Comportamental

Como pôde ser percebido, as consequências controlam as ações dos organismos, colocando toda relação entre este e o ambiente como uma relação de controle. A partir daí focamos duas relações diferentes de controle: o controle por reforçamento positivo e o controle aversivo (SIDMAN, 1995, p. 51).

O controle por reforçamento positivo é aquele no qual uma resposta emitida por um organismo tem sua probabilidade de emissão aumentada através da apresentação de

uma consequência reforçadora ao organismo, ou seja, que possa ter uma função de recompensa à sua ação (CATANIA, 1999, p. 82). Por exemplo: Quando uma pessoa está com fome, ela vai até a sua geladeira e encontra alimento, tendo assim a probabilidade de que ela vá novamente à geladeira quando estiver com fome aumentada, já que obteve a consequências desejada.

Já o controle aversivo, é aquele no qual a consequência apresentada é aversiva. Um tipo de estímulo que é geralmente denominado desagradável, irritante, enfim, indesejável, são denominados estímulos aversivos (SKINNER, 2000, p. 187). Quando a consequência de uma resposta é uma estimulação aversiva (punição) ou então o organismo age de forma que ele evita uma consequência aversiva (reforçamento negativo¹), esse tipo de controle é chamado de controle aversivo (SIDMAN, 1989, p. 51).

O controle aversivo ou coercitivo pode trazer várias consequências indesejáveis a longo prazo. Essa temática não será aprofundada neste trabalho, mas pode ser resumida na afirmação de Sidman (1989):

“a evidência derivada da análise do comportamento nos diz que mesmo quando a coerção atinge seu objetivo imediato, ela está, a longo prazo, fadada ao fracasso. Sim, podemos levar as pessoas a fazer o que queremos por meio da punição ou da ameaça de puni-las por fazer qualquer outra coisa, mas quando o fazemos, plantamos as sementes do desengajamento pessoal, do isolamento da sociedade, da neurose, da rigidez intelectual, da hostilidade e da rebelião.” (p. 18)

Devido a esses processos, os indivíduos aprendem, passam a desenvolver seu repertório comportamental. Esse aprendizado através da história de vida seleciona o comportamento individual, caracterizando o segundo nível de seleção. Essa aprendizagem pode ocorrer de duas formas, através de modelagem, ou seja, aprendizagem através de estágios sucessivos, nos quais algumas respostas são reforçadas e outras não (CATANIA, 1999, p. 130); e através da modelação ou imitação, onde o organismo reproduz respostas emitidas em seu grupo cultural, ou comunidade verbal (BAUM, 2006, p. 166).

¹ O reforçamento negativo é aquele no qual a probabilidade de ocorrência de uma resposta é aumentada através da remoção ou evitação de uma consequência aversiva (CATANIA, 1999, p. 117).

3.1.2.3) O Nível 3

O terceiro nível de seleção do comportamento pelas suas consequências diz respeito à cultura, sendo que o que é selecionado por este nível são as práticas culturais de um determinado grupo de indivíduos (DITTRICH, 2004, p. 132) Para começar a explicar acerca deste nível, primeiro torna-se necessário colocar o que entendido quando se usa o termo práticas culturais, ou então cultura, em uma linguagem behaviorista radical.

3.1.2.3.1) Cultura no Behaviorismo Radical

Podemos definir cultura, ou práticas culturais, como um conjunto de comportamentos ou valores (regras de uma comunidade verbal²) que são transmitidos aos outros indivíduos da mesma cultura, de geração em geração, com o intuito de aumentar as chances de sobrevivência daquela comunidade como um todo (BAUM, 2006, p. 257). Através da seguinte citação de Skinner (1983) é possível ter uma boa visão de cultura nos moldes behavioristas radicais:

“(...) os observadores de culturas não vêem idéias ou valores. Vêm como as pessoas vivem, como criam os filhos, como colhem ou cultivam os alimentos, seus tipos de habitação, vestuário, divertimentos, como se tratam reciprocamente, como se governam, e assim por diante. Constituem os costumes, os *comportamentos* habituais de um povo. Para explicá-los, precisamos recorrer às contingências que os produzem.” (p. 97)

Ele ainda acrescenta:

“Algumas dessas contingências fazem parte do ambiente físico, mas geralmente operam em combinação com contingências sociais, e estas são de forma clara enfatizadas pelos estudiosos das culturas. As contingências sociais, ou os comportamentos produzidos por elas, são as ‘idéias’ de uma cultura; os reforços que as permeiam são os seus ‘valores’.” (p. 97)

² Regras são descrições verbais de relações contingenciais aprendidas através de uma comunidade verbal na qual um organismo está inserida (BAUM, 2006, p. 166). Valores são essencialmente regras desta comunidade, explicitando o que ela considera bom ou ruim, ou seja, explicitando o que a comunidade irá reforçar e o que ela irá punir (SKINNER, 1983, p. 80).

Logo, uma cultura não é vista como algo inexistente fora do homem, nem fruto de uma “mente coletiva”, mas sim como um conjunto de comportamentos emitidos por uma comunidade de indivíduos. Assim como os próprios indivíduos, uma cultura evolui com o intuito de favorecer a sobrevivência de uma espécie (SKINNER, 1983, p. 99). Uma sociedade não surge já com a idéia de trabalho assalariado ou de seguro desemprego, essas foram práticas que surgiram e se mantiveram devido a terem favorecido a sobrevivência de uma sociedade.

Pegando o exemplo da Igreja Católica, suas práticas, rituais e valores mudaram constantemente através da história com o intuito de se adaptar às mudanças culturais ao seu redor, como transições de sistemas econômicos ou padrões culturais de uma sociedade. Pode-se dizer que a Igreja Católica adaptou suas práticas culturais para que sobrevivesse, sendo assim selecionada pelo meio para se manter na sua posição social.

Devemos colocar também que:

“... é apenas através da cultura que um outro contato importante pode ser feito entre o indivíduo e o ambiente: o comportamento verbal permite que os indivíduos passem a ter acesso a uma parte importante do mundo: o mundo privado³” (ANDERY, 2001, p. 205).

Todo o aprendizado da linguagem é feito através do contato com a cultura na qual um indivíduo está inserido. De fato, a linguagem é uma prática cultural em si, e todo o comportamento verbal proveniente dela. Apenas através da verbalização é que podemos acessar os eventos privados, levando ao autoconhecimento e ao autogoverno, tornando os indivíduos agentes sociais que garantem a reprodução de práticas culturais (ANDERY, 2001, p. 204). Através desse autoconhecimento verbal que o indivíduo desenvolve uma parte importante de seu repertório, sua subjetividade⁴.

³ Um evento privado é aquele que ocorre em um momento no qual apenas a pessoa que está emitindo-o pode entrar em contato direto com o mesmo, tais como os pensamentos ou os sentimentos (BAUM, 2006, p. 50).

⁴ O termo subjetividade aqui colocado não diz respeito a uma instância mental separada do corpo humano, mas sim de um repertório comportamental proveniente do autoconhecimento e autogoverno resultante do comportamento verbal adquirido com uma cultura (ANDERY, 2001, p. 205).

3.2) O Estudo do Terceiro Nível de Seleção

“Nossa análise do ambiente social, entretanto, fornece uma explicação dos aspectos essenciais da cultura do esquema de referência de uma ciência natural. Permite-nos não apenas entender o efeito de uma cultura, mas, (...) alterar o planejamento cultural” (SKINNER, 2000, p. 455)

3.2.1) Por que estudar o terceiro nível?

Segundo Todorov e Moreira (2005, p. 37), boa parte da obra skinneriana apresenta uma visão de mundo no qual se integra filosofia, ciência e princípios do comportamento dentro de uma teoria epistemologicamente consistente acerca do comportamento humano, sendo que um dos grandes componentes desta visão de mundo está na análise de processos sócio-culturais a partir deste postulado teórico.

Logo, neste terceiro nível de seleção do comportamento através de suas consequências se estuda como práticas culturais são selecionadas por grupos de indivíduos. Através do estudo de como essas práticas são selecionadas e mantidas, pode-se estudar acerca da evolução de culturas e mais adiante possibilitar planejamentos culturais.

Segundo Baum (2006), pode-se dizer que evolução cultural é o processo que *“altera o comportamento social de um grupo”* (p. 258), ou seja, através da variação, transmissão e seleção de características de um grupo, suas práticas culturais evoluem. Logo, é possível perceber que o mesmo modelo de seleção por consequências se aplica na seleção de prática culturais para definir a evolução de uma cultura. Como coloca Skinner (1983):

“O fato de uma cultura poder se perpetuar ou perecer sugere uma espécie de evolução, e um paralelismo em relação à evolução da espécie tem sido, obviamente, estabelecido. Uma cultura corresponde a uma espécie. Descrevemo-la através da enumeração de suas práticas, como descrevemos uma espécie através da enumeração de seus aspectos anatômicos. Duas ou mais culturas podem compartilhar uma mesma prática, da mesma forma que duas ou mais espécies podem ter um aspecto anatômico comum. As práticas de uma cultura, como as características de uma espécie, são transmitidas por seus membros, que as passam adiante. Em geral, quanto maior for o

número de indivíduos a dar continuidade a uma espécie ou a uma cultura, maior será a chance de sobrevivência da mesma” (p. 98).

A transmissão dessas práticas ocorre através de aprendizagens sociais dos indivíduos que compõe aquele grupo, sendo que determinados comportamentos operantes são selecionados e mantidos, favorecendo o grupo, o que por sua vez leva ao surgimento de práticas que visam a sobrevivência de uma cultura. Uma cultura (grupo social), que consegue fazer com que seus indivíduos se comportem em prol de sua sobrevivência, aumenta suas chances de se perpetuar (SKINNER, 1983, p. 109).

A partir do estudo de sua evolução, torna-se possível também a realização de um planejamento cultural. Pode-se até dizer que este é o objetivo máximo do estudo do nível 3, ou até mesmo da análise do comportamento, visto que Skinner (2004, p. 212) coloca que através da ciência do comportamento o homem teria as ferramentas para solucionar seus principais problemas, sejam estes individuais ou globais. Como ele coloca: “(...) *o homem pode agora controlar seu próprio destino porque sabe o que deve ser feito e como fazê-lo*” (SKINNER, 2004, p. 212).

Da mesma forma que o estudo do comportamento operante possibilita a previsão e o controle do comportamento dos organismos individuais, o estudo de como as práticas culturais são selecionadas e evoluem possibilita que se preveja e controle o comportamento de grupos de indivíduos. Essa possibilidade leva a capacidade de se planejar a ação de grupos de forma que suas chances de sobrevivência aumentem.

Em **Walden II**, Skinner (1972) formula um planejamento cultural de uma sociedade utópica baseada nos princípios da análise do comportamento. Lá, as pessoas vivem numa agradável paisagem rural, trabalhando apenas algumas horas por dia, e isso espontaneamente, sem qualquer tipo de coação. As crianças são educadas tendo em vista o padrão de vida que irão seguir. Existe excelente assistência médica e o lazer é abundante. O livro se baseia em estimular as pessoas através dos benefícios que seus esforços podem trazer a eles próprios e a sua comunidade, sem que nenhum tipo de ameaça ou punição esteja presente. É uma comunidade que funciona através de reforçamento positivo.

Como visto, existem possibilidades interessantes no estudo do terceiro nível de seleção do comportamento, porém, alguns caminhos ainda tem que ser percorridos até que se consiga realizar esse estudo de forma consistente.

3.2.2) *O problema da unidade de análise*

Em sua obra ***Ciência e Comportamento Humano***, Skinner (2000) dedica metade do texto ao comportamento social e a questões culturais. Na seguinte citação pode-se perceber sua definição de comportamento social:

“O comportamento social pode ser definido como o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou em conjunto em relação a um ambiente comum. Com frequência se argumenta que é diferente do comportamento individual e que há ‘situações sociais’ e ‘forças sociais’ que não podem ser descritas na linguagem da ciência natural. Diz-se que se requer uma disciplina especial denominada ‘ciência social’ por causa dessa aparente ruptura na continuidade da natureza. Há, é claro, muitos fatos referentes a governos, guerras, migrações, condições econômicas, procedimentos culturais, ect. – que nunca se prestariam a estudo se as pessoas não se juntassem e se comportassem em grupos, mas ainda assim continua a questão de se saber se os dados básicos são fundamentalmente diferentes. Aqui nos interessamos pelos métodos das ciências naturais como os vimos funcionando na Física, na Química, na Biologia, e com os termos aplicados no campo do comportamento. Até onde nos levarão no estudo do comportamento de grupos?”. (SKINNER, 2000, p.325)

Para se falar em comportamento social, trabalha-se a idéia de ambiente social (SKINNER, 2000, p. 326), que pode ser colocado tanto como o reforço social, como também o estímulo (ou antecedente) social. O primeiro diz respeito à capacidade de um indivíduo consequenciar a ação de outro, auxiliando na manutenção ou não de uma resposta. Já o segundo ocorre quando ação de um indivíduo tem a capacidade de evocar a resposta de outro, funcionando como sinalizador para a possibilidade ou não de reforçamento.

Logo, vemos que ele propõe um estudo do comportamento social a partir da visão epistemológica analítico-comportamental. Ainda não se pode colocar que o comportamento social seja objeto de estudo do nível 3, visto que o comportamento entre duas ou mais pessoas não necessariamente se caracteriza como uma prática cultural. Segundo Andery, Micheletto e Sérgio (2005, p.130), uma prática cultural pode ser

definida quando relações comportamentais que definem parte do conteúdo do repertório de um indivíduo são replicados no repertório de outros indivíduos ou em um contexto sócio-cultural.

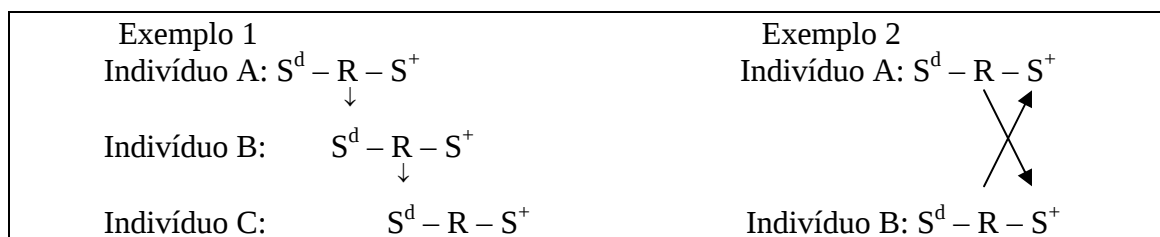
Ainda é possível acrescentar que ele ainda está usando o paradigma de análise do segundo nível de seleção, o comportamento operante, visto que descreve como o comportamento entre dois ou mais indivíduos se relacionam, reforçando-se mutuamente, mas não realmente avançando no sentido em que se busca analisar o efeito desses comportamentos no grupo.

Pode-se chegar à conclusão que o comportamento social é a base para que se selecionem práticas culturais, mas ainda não se resolve o problema da unidade de análise. Ainda torna-se necessário entender como o comportamento entre dois ou mais indivíduos em relação a si ou a um grupo seleciona as práticas culturais do mesmo.

3.2.3) Contingências Entrelaçadas

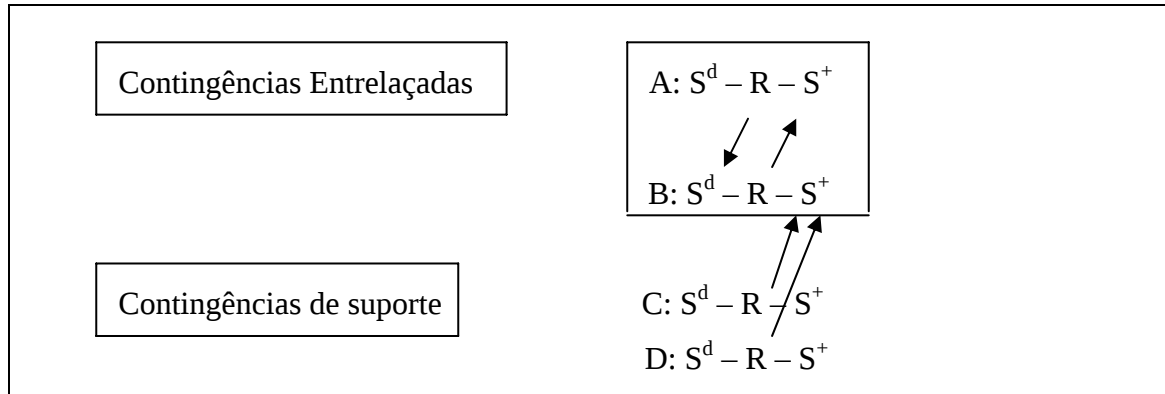
Uma característica marcante no comportamento social é que o organismo que se comporta adquire a capacidade de assumir o papel tanto de sujeito de ação, quanto de ambiente para outros indivíduos. Logo, para estudar a seleção de práticas culturais tem que se recorrer à análise de pelo menos duas contingências de reforçamento que se relacionam entre si, com organismos que alternam o papel de sujeito e de ambiente. Quando duas ou mais contingências se relacionam desta forma, é dado o nome de contingências entrelaçadas (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 132)

Segue abaixo alguns diagramas que permitem a visualização da idéia de contingências entrelaçadas.



No exemplo 1 é exposta uma situação na qual a ação de um indivíduo serve como ambiente para que outro indivíduo aja, tal como pode ser visto em trabalhos de equipe no qual, para que um indivíduo B possa fazer seu trabalho, é necessário que o indivíduo A tenha realizado o dele. Já no exemplo 2 podemos ver uma situação na qual a ação de um indivíduo reforça a ação de outro, como pode ser observado em diálogos verbais, nos quais um sujeito fala e é reforçado pela fala do outro, mantendo assim o diálogo entre eles. Este segundo exemplo pode ser visto já no discurso de Skinner (2000, p. 310), quando ele coloca que *“cada indivíduo tem algo a oferecer de maneira a reforçar o outro e, uma vez estabelecido, o intercâmbio se mantém”*.

Ainda pode ser suposta outro tipo de entrelaçamento de contingências nas quais elementos de fora do grupo de contingências entrelaçadas (outro indivíduo, um grupo ou uma agência controladora⁵) agem reforçando uma ou mais das contingências do grupo, mantendo o esquema de entrelaçamento (SKINNER, 2000, p. 341). A essas contingências de reforçamento que auxiliam na manutenção do entrelaçamento das contingências de um grupo é dado o nome de contingências de suporte (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 134). A figura abaixo ilustra um exemplo.



Mas ainda assim, embora possa ser analisada as relações funcionais em fenômenos sociais, essas análises ainda não permitem perceber como são selecionadas as práticas culturais, visto que o que está sendo selecionado ainda são as respostas de cada indivíduo, apenas pode-se ver que isto está ocorrendo através de sua relação com outros indivíduos. Seguindo as definições propostos por Skinner (1983, p. 97), colocadas no capítulo anterior deste trabalho, podemos ver que práticas culturais não

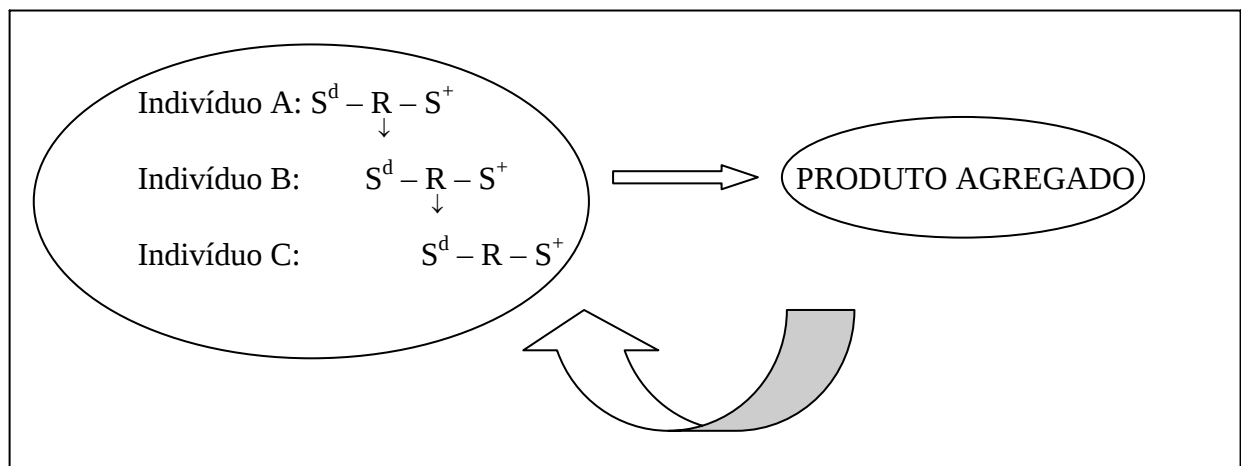
⁵ Skinner (2000, p. 363) define agências controladas como parte integrantes de um grupo social que agem de forma organizada e tem uma maior taxa de sucesso na manipulação de variáveis com o fim de controlar o comportamento dos indivíduos. Como exemplo de algumas ele cita o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação.

são apenas comportamentos sociais mantidos pelos indivíduos que estão atuando no momento, mas são práticas comportamentais que são passadas de geração em geração dentro de um mesmo grupo social. Pode-se dizer que a idéia de contingências entrelaçadas seja uma explanação mais precisa do fora colocado anteriormente como comportamento social, mas ainda falta analisar o efeito destas contingências sobre o grupo.

3.2.4) O Conceito de Metacontingências

Para estudar a seleção das práticas culturais, Glenn (2005, p. 14) propõe o conceito de metacontingência, que pode ser caracterizado como um conjunto de contingências entrelaçadas capazes de levar a um produto agregado, que por sua vez seleciona o conjunto de contingências entrelaçadas como uma prática daquele grupo. Como pode ser visto, a consequência produzida por toda a ação daquele grupo mantém esta classe de operantes, fazendo com que este conceito se mantenha coeso com a noção de seleção por consequências da análise do comportamento.

O diagrama a seguir ajuda a visualizar este conceito.



É importante ressaltar que, segundo Todorov e Moreira (2005, p. 38), metacontingências descrevem relações funcionais a nível cultural, que envolvem práticas culturais e seus produtos, sendo que o que é selecionado não é especificamente a classe de respostas de um indivíduo específico, mas sim a classe de operantes do grupo. Então, a figura acima implica que o produto agregado é dependente das contingências entrelaçadas, mas também tem um efeito de seleciona-las.

Assim como não se pode dizer que o comportamento operante de um organismo não é apenas sua ação, mas sua ação em relação a um ambiente, um exercendo influência sobre o outro (SKINNER, 2000, p. 65), não se pode dizer que a prática cultural são as contingências entrelaçadas, mas sim estas contingências em relação a um produto agregado que as mantém, que as seleciona (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 135).

Um ponto muito importante para o estudo de metacontingências é a emergência do comportamento verbal. O surgimento deste tipo de comportamento é crucial para o terceiro nível de seleção, visto que agora o homem é capaz de produzir ambiente para ação dele mesmo ou de outros indivíduos através de sua fala (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 142). Também implica que torna-se possível controlar o comportamento humano sem que este tenha contato direto com as possíveis consequências. É o chamado comportamento governado por regras. Segundo Baum (2006):

“Dizer que um comportamento é ‘controlado’ por uma regra é dizer que está sob controle do estímulo regra, e que a regra é um certo tipo de estímulo discriminativo – um estímulo discriminativo verbal. Quando meu pai dizia, ‘você tem que estar em casa até as 6 horas para jantar’, essa era uma regra que controlava meu comportamento porque as consequências de se chegar atrasado era bem desagradáveis” (p. 165).

O advento do comportamento verbal (o que ocorreu quando o aparelho vocal dos seres humanos passou a ficar sob controle operante) funcionou como elemento chave para a complexidade do entrelaçamento de contingências e, conseqüentemente, da intensificação das metacontingências, permitindo às culturas humanas adquirirem suas características atuais (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 142). Quando colocamos contingências de suporte que sejam caracterizadas por comportamento verbal, este passa a ter a capacidade de explicitar regras verbais que mantêm elementos das contingências entrelaçadas, tornando uma ou mais das contingências do grupo governadas por regras. Essa idéia amplifica a extensão do controle social sobre comportamento, como pode ser exemplificado pelo poder da mídia de exercer controle social.

Diversas práticas culturais são mantidas não pelo valor de sobrevivência de uma cultura, mas pelo poder de controle social exercido, principalmente, por contingências verbais de suporte, ou simplesmente através do reforçamento social. Diferenciando este tipo de prática cultural daquela que tem um valor de sobrevivência para o grupo, Glenn (2005, p. 15) chegou aos termos processos culturais cerimoniais e tecnológicos.

3.2.4.1) Processos Culturais Cerimoniais

Os processos culturais cerimoniais, ou metacontingências cerimoniais, são aquelas que envolvem operantes mantidos por reforçamento social que derivam da hierarquia social ou status do agente reforçador, independente se as mudanças ambientais auxiliam ou não na sobrevivência dos indivíduos do grupo (GLENN, 2005, p. 16). A finalidade aqui é selecionar práticas que garantem a manutenção do status de um grupo em uma hierarquia social, independente do valor de sobrevivência para os indivíduos que a compõe.

Práticas culturais mantidas por grupos religiosos são um bom exemplo deste tipo de metacontingência. Certos grupos religiosos censuram o uso de preservativos, pois o considera como um mecanismo para aclamar o sexo antes do casamento. Este controle poderia ser explicado pelo enunciado “*não use camisinha porque ela é um símbolo da promiscuidade*”, o que indica ao indivíduo que ele poderá ser punido socialmente pelo grupo se ir contra a regra. Não há nenhuma preocupação com a sobrevivência do indivíduo, mas sim com a sobrevivência da cultura e a manutenção de seu status.

3.2.4.2) Processos Culturais Tecnológicos

Glenn (2005, p. 16) define processos culturais tecnológicos, ou metacontingências tecnológicas, como sendo aquelas que envolvem comportamentos que são mantidos por mudanças não-arbitrárias no ambiente, ou seja, são fruto de algum tipo de planejamento cultural. Esse tipo de processo tem por finalidade selecionar práticas que garantem a sobrevivência de um grupo, sendo que a classe de operantes selecionada deriva de seu poder de utilidade, de seu valor e de sua importância para os indivíduos do grupo.

Um exemplo de uma metacontingência tecnológica seria um movimento para uso de preservativos com o intuito de reduzir a incidência de infectados pelo HIV. Esse controle poderia ser exemplificado pela expressão *“use camisinha ao manter relações sexuais, pois assim terá uma menor probabilidade de contrair os HIV, contribuindo assim para o controle da epidemia da AIDS”*. Esse enunciado explica a importância de um comportamento para a sobrevivência de um grupo e tem por finalidade manter uma prática cultural de usar preservativos.

A aplicação da análise de práticas culturais e da possibilidade de planejamento cultural que será colocada no capítulo seguinte se caracteriza como uma metacontingência tecnológica, visto que é fruto de um planejamento que visa a melhoria da qualidade de vida e o aumento das chances de sobrevivência de um grupo.

3.3) A Política de Redução de Danos e a Análise do Comportamento

“É mais efetivo mudar a cultura do que o indivíduo, porque qualquer efeito sobre o indivíduo enquanto tal será perdido quando ele morrer. Dado que culturas sobrevivem por períodos mais longos, qualquer efeito sobre elas é mais reforçador” (SKINNER, 2000, p. 458)

A partir do que foi elaborado no capítulo anterior, é possível elaborar uma análise da política de redução de danos a partir de uma visão analítico-comportamental. Inicialmente serão abordadas práticas de redução de danos a nível de indivíduos, para em seguida ser explanada acerca da aplicação destas práticas em um contexto comunitário, partindo aí para uma proposta de intervenção na qual envolve a implantação de determinadas metacontingências em grupos sociais.

3.3.1) O uso de drogas na análise do comportamento

Em contraste com as abordagens tradicionais ao abuso de drogas, em que as fontes de dificuldade estão colocados no indivíduo, o analista do comportamento destaca a importância do controle sobre o comportamento individual exercido pelas contingências ambientais (SCHUSTER, 1994, p. 228).

A suscetibilidade para a adição das drogas varia drasticamente de pessoa para pessoa. Estudos mostram que a descoberta de uma substância semelhante à morfina endógena no cérebro dos vertebrados levou à especulação de que a variação nos níveis destas substâncias podem ser um fator de predisposição para a dependência dos opiáceos (SCHUSTER, 1994, p. 218). Sem contar que diversas drogas eliciam sensações orgânicas usualmente desejadas, como relaxamento, euforia, dentre outras (SCHUSTER, 1994, p. 220). Também é possível colocar que questões como elevação de ansiedade em momentos de pressão no trabalho ou de situações sociais possivelmente embaraçosas são alguns exemplos de situações que levam os indivíduos a fazerem uso de álcool, podendo até esta se tornar uma das maneiras que leva uma pessoa a fazer uso contínuo da droga (sendo este uso mantido por reforçamento negativo), o que poderia acarretar ou não em prejuízos em sua vida (STOCKWELL, 1994, p. 234). Ainda pode-se colocar que este uso pode ser influenciado através de um grupo, sendo possivelmente considerado uma prática cultural selecionada, fortemente mantida por reforçamento social do grupo.

Os exemplos colocados acima ilustram algumas possibilidades que podem levar os indivíduos a fazerem uso de drogas, passando pelos três níveis de seleção do comportamento através de suas consequências. A seguir será abordada uma das políticas adotadas em relação à questão do uso e abuso de drogas, que é a Redução de Danos.

3.3.2) *Redução de danos*

Antes de analisar a aplicação da estratégia de redução de danos para o uso e abuso de drogas, vale salientar que todos nós aplicamos os princípios da redução de danos na vida cotidiana. Um exemplo clássico é o da segurança nas estradas. Cintos de segurança, barreiras protetoras nas estradas e pára-choques na frente dos carros reduzem a possibilidade de ferimentos em um acidente. As pessoas ainda dirigirão os carros – algumas vão dirigir perigosamente, à despeito das leis de trânsito – porém, as possibilidades de danos serão reduzidas. Beber água é necessário para a existência humana, mas em alguns lugares do mundo este é um comportamento de risco. Por isso se ferve a água para reduzir a contaminação ou bebe-se água engarrafada. O mesmo se aplica aos esportes radicais, como por exemplo o *skate* – um esporte potencialmente

perigoso para os jovens. Ainda assim, eles procuram a adrenalina, mas se protegem com joelheiras e cotoveleiras, capacetes e outros equipamentos de segurança para reduzir os danos. A lista das atividades cotidianas que envolvem os princípios da redução de danos é infinita.

Logo, a partir do que fora colocado acima, a redução de danos aplicada ao uso de drogas visa reduzir os riscos de prejuízos à saúde daqueles que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA). Vale ressaltar que definimos as SPA como:

“(...) substâncias naturais ou artificiais que podem alterar as funções do nosso organismo, produzindo mudanças no nosso comportamento, nas sensações, no grau de consciência e em nosso estado emocional” (MELCOP, CAMPOS e FRANCH, 2002, p. 12)

Assim, neste trabalho, quando for referido ao uso de drogas, não será feita uma distinção entre lícitas e ilícitas, apenas se levará em conta substâncias que entrem na caracterização feita acima. Quanto à redução de danos, esta leva em conta tanto redução de danos físicos quanto sociais aos que fazem uso de SPA's.

Alguns princípios que norteiam a política de redução de danos tem por base o pragmatismo e o respeito aos direitos humanos (MELCOP, CAMPOS e FRANCH, 2002, p. 42). Parte-se do pressuposto de que algumas pessoas irão continuar fazendo uso de drogas devido ao fato de que não querem ou não conseguem parar. Nesses casos, um trabalho de redução de danos visa que esse consumo resulte no mínimo de danos possíveis ao indivíduo e à sociedade. O objetivo final não é eliminar o consumo de SPA's, mas propiciar uma atenção à saúde integral, direito de todo e qualquer cidadão brasileiro (COSTA, 2004, p. 12).

Os dois fundamentos principais da redução de danos, segundo Melcop, Campos e Franch (2002, p. 42), são: 1) a sua colocação como alternativa em relação ao modelo moral/criminal em relação ao uso de drogas, que enfatizam a “guerra às drogas” e/ou o tratamento do dependente com o único objetivo de chegar à abstinência; e 2) o fato de que ela não é contrária à abstinência, contudo aceita outras formas de intervenção que não sejam o corte total no uso de SPA's, indo de contraponto às políticas de “tolerância

zero”, que categorizam todos os usuários de drogas sob este rótulo e parte de um ponto de vista de consumo doentio e criminoso.

A partir das colocações acima, é possível perceber inicialmente um ponto de discórdia entre a filosofia da redução de danos e o behaviorismo radical skinneriano, que foi apresentada neste trabalho. Quando se diz que algumas pessoas não querem ou não conseguem parar de usar drogas, parte-se de uma idéia de que as pessoas são completamente livres para escolher suas ações, desde que tenham as condições para isso. Segundo as idéias de Skinner (1983, p. 36), essa liberdade é um conceito que foi mitificado como uma condição inerente aos homens, sendo que nosso comportamento sempre é controlado pela relação que mantemos com o ambiente que nos circunda. Logo, quando se diz que uma pessoa “*não quer deixar de fazer uso de drogas*”, na verdade está se dizendo que o comportamento de fazer uso de drogas deste sujeito está sob controle das consequências deste uso, e ele, por sua vez, não possui repertório para buscar outras alternativas de manter essa consequência reforçadora que não seja através da droga. Quando se diz que uma pessoa “*não consegue deixar de fazer uso de drogas*”, geralmente se refere ao fato de que ela não suporta as crises de abstinências e mantém o uso para manter o funcionamento adequando do organismo, visto que há um grau de dependência física elevada à substância. Pode-se chegar à conclusão de que em ambos os casos a pessoa não consegue deixar de fazer uso de SPA’s, apenas as contingências de reforçamento que mantém o comportamento são funcionalmente diferentes.

Por outro lado, quando analisamos os fundamentos da redução de danos sob uma ótica behaviorista radical, percebemos um ponto de concordância. A redução de danos, em primeira instância, tem uma perspectiva não-coercitiva em relação ao uso de drogas, o que inicialmente visa não segregar o usuário do seu ambiente social, levando-o à possibilidade de buscar atendimentos de saúde, aproximando-o das chances de obter maiores informações acerca do uso de drogas. Essa proximidade poderia levar à maiores possibilidades de que tenha algum interesse por buscar novas formas de se comportar em determinados contextos que não sejam através do uso de drogas ou então simplesmente adotar um estilo de vida mais saudável, na medida do possível. Sidman (1995) coloca diversos efeitos colaterais do uso do controle coercitivo sobre o comportamento, seja a dificuldade de aprender novos repertórios comportamentais (p.

152) ou o surgimento do contracontrole e de um padrão de comportamento agressivo (p. 220), dentre outros. Nesse caso, pode-se colocar a redução de danos como uma abordagem não-coercitiva ao uso de drogas, o que leva a maiores probabilidades de atrair aqueles que fazem uso, ao contrário do que ocorre em outras abordagens, que leva a um forte padrão de esquiva em relação aos tratamentos.

3.3.2.1) Estratégias de redução de danos

As principais características das estratégias de redução de danos são: 1) que elas se adequam ao usuário; 2) buscam se aproximar do mesmo, ao invés de esperar que ele procure atendimento; 3) trabalham com informação e educação; e 4) busca a participação do usuário nas ações (MELCOP, CAMPOS e FRANCH, 2002, p. 44). Também pode-se dizer que há um reconhecimento de que diferentes substâncias levam a diferentes danos e riscos. Levando em conta o exemplo da estratégia de trocas de seringas para os usuários de drogas injetáveis, o objetivo inicial é o de reduzir a incidência de contaminação do HIV nesta população, estabelecendo assim um primeiro contato deles com um sistema de saúde (BRASIL, 2001a, p. 40). A partir daí novas intervenções podem ser realizadas na vida do usuário, sempre visando uma melhoria na qualidade de vida.

A redução de danos atua tanto a nível individual, com intervenções informativas e educativas para preservar a saúde e a qualidade de vida do usuário, como também a nível comunitário. Este último se caracteriza tanto no foco de ações voltadas para grupos de consumidores, visando a aprendizagem de atitudes mais seguras ao invés de manter repertórios comportamentais de risco, como também envolvendo organizações locais e de moradores, favorecendo a participação da comunidade no planejamento e na implementação de intervenções (MELCOP, CAMPOS e FRANCH, 2002, p. 45).

A partir do que fora colocado acima, quando se fala em atuar no nível individual, está se falando em trabalhar as contingências de reforçamento da pessoa que faz uso de drogas, buscando propiciar uma aprendizagem de um repertório comportamental na qual inclua comportamentos redutores de danos, tais como, uso de preservativos, não dirigir após ingerir álcool, dentre outros. Quando se fala a nível

comunitário, busca-se trabalhar com a noção de metacontingências, ponto este que será explorado mais adiante.

É importante salientar que, para que sejam eficazes, as estratégias de redução de danos devem se incorporar à diferentes estruturas assistenciais, comunitárias e administrativas, tais como o Programa de Saúde da Família (PSF) ou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em relação aos jovens, deve-se buscar se aproximar deles em suas comunidades, instituições de ensino e locais de lazer, buscando informar sobre as relações gerais acerca do uso de drogas, desde o prazer, passando pelos riscos, agravos e chegando à redução de danos.

Na cidade de Fortaleza, podem ser vistos como implementadores e divulgadores de estratégias de redução de danos o Programa de Prevenção e Redução de Danos, da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), a Associação Cearense de Redutores de Danos (ACERD), dentre outros.

4) Resultados e discussão

Metacontingências, redução de danos e intervenção comunitária

Como já fora colocado pouco acima, um dos enfoques das estratégias de redução de danos está no trabalho direto com a comunidade. Para isso é necessário que se realize um planejamento cultural na comunidade a qual se destina o trabalho. De acordo com o que fora estudado no capítulo anterior, quando se busca realizar esse tipo de planejamento, trabalhamos com a noção de metacontingências e de processos culturais tecnológicos, visto que estamos buscando selecionar uma nova prática cultural, na qual se consta estratégias de redução de danos em uma determinada comunidade. Neste tópico será abordado como seria possível intervir em uma comunidade visando aplicar a política de redução de danos, baseando-se em uma tecnologia comportamental que teria por objetivo abordar a comunidade através de um modelo de aprendizagem social, com um estilo de estratégia em forma de buscar ao invés de esperar que a comunidade se desenvolva aleatoriamente, e, por fim, focando prevenção primária e secundária (RIOS, 2002, p. 742).

Vale ressaltar que o que será colocado aqui é fruto de uma especulação teórica a partir do que fora estudado para a formulação deste trabalho. Os procedimentos e métodos utilizados, e nem os resultados desejados passaram por algum tipo de validação. Trata-se apenas de uma proposta que pode vir a ser aplicada na prática.

4.1) Os interventores como contingências de suporte

Para se começar um trabalho de intervenção em uma comunidade, inicialmente deve-se delimitar a comunidade com a qual irá realizar o trabalho e, em seguida, buscar grupos organizados locais (sejam estes ONG's, associações de moradores, escolas, dentre outros) que possam servir de apoio e ponte para se chegar à população. Em seguida as demandas devem partir da própria população local, não sendo uma proposta externa, já que assim é possível um maior índice de adesão do grupo aos trabalhos a serem realizados, o que conseqüentemente leva a uma maior taxa de sucesso em uma intervenção (GÓIS, 2005, p. 66). Todo o trabalho realizado deve, de preferência, ter participação do grupo. De preferência, realiza-se uma pesquisa sondando os problemas

enfrentados pela comunidade, relacionando depois como a redução de danos pode ajudar em relação a estes.

A partir desse ponto deve-se buscar realizar uma análise das metacontingências e contingências entrelaçadas encontradas na comunidade que tenham ligação com o foco a ser trabalhado. Essa análise deverá ser possível após a realização da pesquisa de levantamento de dados da comunidade, conforme fora colocado acima. Essa análise permitirá delimitar mais ainda o foco a ser trabalhado e as estratégias a serem realizadas a fim de se poder fazer um planejamento cultural adequado e eficiente.

O passo seguinte a ser trabalhado deve ser o de criar condições para que contingências de reforçamento individuais sejam mantidas naquela comunidade. Aqui usaremos a noção de contingências entrelaçadas sendo mantidas por contingências de suporte (ANDERY, MICHELETTTO e SÉRIO, 2005, p. 134). Teoricamente, essas contingências devem funcionar como ambiente (tanto antecedente como consequências) para que os comportamentos individuais sejam evocados e mantidos, o que funciona como um primeiro passo para que se instalem repertórios comportamentais de redução de danos naquela comunidade, embora neste ponto, ainda é necessária uma agência controladora externa para manter estes comportamentos.

Na prática, essas contingências de suporte serão o papel exercido pelo interventores do grupo, sejam com intervenções diretas através de estratégias de redução de danos com os usuários, sejam com oficinas acerca de prevenção e redução de danos ao uso de drogas, ou seja com informações gerais e campanhas publicitárias na comunidade. O foco é que os interventores, neste primeiro momento, funcionem como suporte para a manutenção destas contingências.

Também é necessário que grupos tidos como as lideranças comunitárias desenvolvam formas de trabalhar os problemas da comunidade e torne possível que sejam capazes de repassar isso aos outros membros da população. Duas estratégias que podem ser utilizadas são a realização de grupos de Treinamento em Habilidades Sociais (THS) e de Treinamento em Solução de Problemas (TSP), que tem o intuito de fazer, respectivamente, com que o grupo aprenda repertórios sociais mais adequados para enfrentar os seus problemas, o que nesse caso diz respeito principalmente ao uso e

abuso de SPA's (CABALLO, 2002, p. 361), e também aprenda formas de buscar soluções para problemas cotidianos e aqueles vividos na comunidade sem que seja necessário a todo momento uma intervenção externa (NEZU e NEZU, 2002, p. 471).

4.2) A comunidade como contingências de suporte

A seguir, para que a comunidade possa começar a ter autonomia em relação aos interventores, sugere-se a busca de organizações e/ou indivíduos que possam servir como essas contingências de suporte. Entendendo que o uso e abuso de drogas não ocorre como uma problemática social isolada (MELCOP, CAMPOS e FRANCH, 2002, p.19), sendo visto como diversas contingências entrelaçadas, deve-se buscar aparatos sociais para também manter contingências de reforçamento individuais que não sejam relacionadas ao uso de drogas. É nesse ponto que entra à noção de redes de suporte sociais. Essas redes, podem, segundo Landim, Nations, Frota, Silva e Varela (2002), ser definidas como:

“(...) diversos grupos de sujeitos e/ou organizações articulados horizontal, ativa e voluntariamente, com o papel dinamizador focado no esforço de todos, afim de alcançar objetivos em comum para todos os integrantes desta rede” (p. 73).

Na prática, busca-se aparatos na própria comunidade que possam servir de suporte para a superação de problemas vivenciados no ambiente. Esses aparatos podem ser desde cooperativas de produção para gerar renda e trabalho, grupos artísticos e/ou esportivos que explorem os talentos da própria comunidade, formar grupos de redutores de danos, utilizar os jovens como educadores para que atinjam outros jovens (fato que também pode funcionar como reforçador para os jovens que se tornarem “educadores”, pois pode ser fonte de reforçamento social na comunidade, mantendo assim seu comportamento redutor de danos), dentre inúmeros outros que podem apenas ser especificados através do contexto específico de cada comunidade. A idéia é que a própria comunidade tenha formas de manter e evocar comportamentos dos indivíduos que a compõe que sejam mais adequados do que o comportamento queixa, neste caso o uso e abuso de drogas. Ou ao menos fazendo com que práticas de redução de danos possam ser divulgadas para que sejam evocadas e reforçadas socialmente pelo grupo,

além de, é claro, serem reforçadas naturalmente pela melhoria de qualidade de vida que propiciam, tornando assim a redução de danos uma linguagem comum.

4.3) A emergência de uma metacontingência

A evolução do ponto na qual comunidade funciona como suas próprias contingências de suporte de um novo repertório social para que se instale uma nova prática cultural funciona quase de forma natural, sendo que os interventores ainda exercem um papel ativo. A idéia é que produtos agregados tenham surgido como consequências naturais dos novos repertórios sociais, sendo que alguns possíveis podem ser a redução no uso de SPA's, uma melhoria na qualidade de vida daqueles que ainda fazem uso, diminuição da criminalidade, melhora nos índices escolares, dentre outros quadros que podem se apresentar. Para que a redução de danos se torne uma prática cultural naquela comunidade, é necessário que tenham surgido alguns produtos agregados para manter uma metacontingência e selecionar a prática cultural.

O interventor neste momento ainda pode trabalhar para que a comunidade perceba esses produtos. Realiza-se uma nova pesquisa buscando ver os resultados da intervenção, e compara-se com a que fora realizada no início do trabalho. Além de ser possível apresentar estes resultados à comunidade, ao pesquisador serve como método avaliativo da intervenção. Se os resultados forem favoráveis e divulgados à população, podem funcionar como produto agregado, consequência mantedora da metacontingência.

Com uma rede de suporte social qualificada para amparar a comunidade e produtos agregados naturais que mantenham uma prática cultural de redução de danos, pode-se iniciar o desligamento dos interventores da comunidade. Afirma-se que a comunidade conseguiu atingir formas de auto-gestão.

Claro que tudo que fora descrito aqui não funciona de forma tão ordenada como descrita. A quantidade de variáveis envolvidas quando se trata de contingências entrelaçadas podem ser incontáveis. Mas é possível buscar uma forma de intervenção comunitária com base nos princípios da análise do comportamento, entrando assim em

concordância com Skinner (1983, p. 136), que acreditava que o planejamento cultural poderia ser uma das aplicações mais úteis à humanidade de tudo que estudara.

5) Conclusão

Buscando uma avaliação final acerca da política de redução de danos, percebemos que ela coloca como pináculo central de sua proposta uma visão de que o homem exerce um livre-arbítrio em relação a sua escolha entre fazer ou não uso de drogas, o que entra em conflito com uma proposta behaviorista radical e despreza o controle que consequências ambientais exercem sobre o comportamento dos organismos. Vale ainda ressaltar que, segundo Baum (2006, p. 188), “*os resultados de políticas públicas baseadas na presunção de livre-arbítrio vão de pífios a desastrosos*”.

Contudo, vimos que é possível uma compreensão acerca da redução de danos na qual seja desnecessária essa noção de livre-arbítrio, entendendo que ela é uma proposta que tem como princípio básico uma intervenção não-coercitiva, buscando propiciar aprendizagens para que o indivíduo que faz uso de drogas tenha capacidade de enfrentar os problemas que podem surgir em sua vida advindo deste uso. A aprendizagem de repertórios de redução de danos pode inclusive contribuir para que o indivíduo busque a abstinência em relação ao uso de SPA's, uma vez que entendemos que uma aprendizagem não-coercitiva é um pano de fundo ideal para a aprendizagem de novos repertórios sociais (SIDMAN, 1995, p. 288).

Também podemos acrescentar que no momento em que as estratégias de redução de danos buscam se adequar às especificidades individuais de cada pessoa, além de uma participação ativa do mesmo e também tem um forte caráter educativo, faz-se a ponte para dizer que elas consideram que os indivíduos tem relações contingenciais particulares e singulares que mantêm seus comportamentos, e que é essencial para que ocorra novas aprendizagens que o mesmo se exponha a novas contingências. Concluimos que, embora filosoficamente a proposta de redução de danos e a análise do comportamento possuem divergências, suas propostas de atuação entram em convergência e é perfeitamente possível embasar uma intervenção com foco em redução de danos a partir de pressupostos behavioristas radicais.

Ainda de acordo com o que fora colocado neste trabalho, o uso e abuso de drogas não é um problema isolado, relacionando-se com questões como criminalidade, evasão escolar, problemas familiares, dentre outros (CARLINI, GALDURÓZ e NOTO,

1997, p. 105). Isso torna imprescindível que um estudo e uma intervenção comunitária que tem como foco as relações dos indivíduos com SPA's seja de natureza ampla e considere todas essas questões como sendo interligadas.

O estudo de metacontingências traz justamente a proposta de analisar esse entrelaçamento entre contingências de reforçamento distintas, considerando a capacidade delas influenciarem uns aos outros, fugindo de uma análise reducionista e do isolamento de um fenômeno social específico (ANDERY, MICHELETTO e SÉRIO, 2005, p. 132). Também é visto como um ponto favorável de um estudo comunitário baseado na análise do comportamento o fato de que vê tanto aspectos biológicos, como também individuais e sociais como fatores que influenciam o comportamento humano, fugindo de um estudo social focado apenas em questões sociais.

A visão analítico-comportamental do estudo de práticas culturais de uma comunidade específica resalta o dinamismo presente nestas relações, entendendo que existem inúmeras variáveis que exercem influência sobre um comportamento específico, e que quando parte-se para uma análise a nível cultural, devemos considerar essas variáveis como imprescindíveis para uma avaliação completa do fenômeno estudado. Essa visão entra em concordância com a proposta de redes de suporte social. Essa entende que um trabalho para ser eficiente a nível comunitário deve se utilizar de diversos recursos distintos presentes na mesma, percebendo assim a influência que fenômenos sociais distintos exercem um sobre o outro (LANDIM, NATIONS, FROTA, SILVA, e VARELA, 2003, p. 81).

O objetivo geral deste trabalho, que tinha a pretensão de montar uma proposta de intervenção comunitária ligada à questão do uso e abuso de drogas como foco principal, tendo como embasamento teórico a análise do comportamento e como proposta norteadora a política de redução de danos, foi satisfatoriamente alcançado. Vimos que uma intervenção na qual partimos apenas da análise do comportamento dos organismos que compõe uma comunidade, tendo como unidades de análise principais a contingência de reforçamento (para análise de comportamentos individuais) e principalmente as contingências entrelaçadas e metacontingências (para análise do comportamento grupal e da seleção de práticas culturais em uma comunidade), e evitando cair em reducionismos e especulações metafísicas acerca do comportamento social é possível.

Embora a referida proposta foi fruto apenas de estudos teóricos acerca da problemática, uma intervenção pragmática e objetiva é perfeitamente viável e se mostra extremamente promissora. Esperamos que este trabalho contribua para que sejam focadas novas pesquisas tanto na questão acerca da redução de danos, assim como as possibilidades da análise do comportamento em intervenções comunitárias.

A análise de fenômenos sociais e práticas culturais a partir de um olhar behaviorista radical permite formular planejamentos culturais com objetivos claros e metodologias eficazes para alcançá-los. A compreensão das variáveis de controle de fenômenos sociais complexos e o desenvolvimento de unidades de análise em concordância sólida com modelos teóricos e práticos com eficácia comprovada através de estudos experimentais e avaliação de resultados aponta para uma direção promissora no que diz respeito à pesquisas e desenvolvimento de novos modelos de intervenção a nível comunitário. A ciência do comportamento humano ainda está amadurecendo seus esforços no que diz respeito ao estudo de seleção de práticas culturais e o possível planejamento das mesmas com o intuito de ampliar a qualidade de vida para uma maior parcela da população, levando a inúmeras possibilidades para pesquisas e intervenções. Para usar as palavras do próprio Skinner (1983, p. 160), *“Uma concepção científica do homem oferece possibilidades estimulantes. Ainda não vimos o que o homem pode fazer do homem”*.

6) Referências

ANDERY, M. A. P. A. *O modelo de seleção por consequências e subjetividade*. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. 1ª ed. Santo André, ESETec, 2001. Vol. 1, cap. 21, p. 199-208.

ANDERY, M. A. P. A., SÉRIO, T. M. A. P. *Behaviorismo radical e os determinantes do comportamento*. In: GUILHARDI, H. S. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. 5ª ed. Santo André, ESETec, 2001. Vol. 7, cap. 17, p. 159-172.

ANDERY, M. A. P. A., MICHELETTO, Nilza, SÉRIO, T. M. A. P. *A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências*. In: MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B., TUDOROV, J. C. (Org.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. 1ª ed. Santo André, ESETec Editores Associados. 2005. Cap. 11, p. 129-148.

ANDERY, M. A. P. A., SÉRIO, T. M. A. P. *O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente?* In: MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B., TUDOROV, J. C. (Org.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. 1ª ed. Santo André, ESETec Editores Associados. 2005. Cap. 12, p. 149-159.

BAUM, William M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul. 2006.

BENEVIDES, Regina. *A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?*. In: **Psicologia e sociedade**. n. 17, v. 2, mai-ago 2005. p. 21-25.

BERRIDGE, Virginia. *Dependência: história dos conceitos e teorias*. In: EDWARDS, G., LADER, M. (Org.). **A natureza da dependência de drogas**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1994. Cap. 1, p. 13-34.

BORDIN, Selma, FIGLIE, Neliana B., LARANJEIRA, Ronaldo. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo, Roca. 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. **Manual de redução de danos**. Brasília, Ministério da Saúde. 2001a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **A contribuição dos estudos multicêntricos frente à epidemia de HIV/AIDS entre UDI no Brasil: 10 anos de pesquisa e redução de danos**. Brasília; Ministério da Saúde. 2001b.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Redução de danos**. Disponível em <www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS21AF2FB2PTBRIE.htm> Acesso em 30 out. 2006.

CABALLO, Vicente E. *O treinamento em habilidades sociais*. In: CABALLO, Vicente E. (Org.). **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos. 2002. Cap. 18, p. 361-398.

CARLINI, E. A., GALDURÓZ, J. C. F., NOTO, A. R. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras**. UNIFESP/CEBRID, São Paulo. 1997.

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 4ª Ed. Artmed Editora, Porto Alegre. 1999.

COSTA, Ana Maria. *Integralidade na atenção e no cuidado a saúde*. In: **Saúde e sociedade**. n. 3, v. 13, set-dez 2004. p.5-15.

DITTRICH, Alexandre. **Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social**. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP. 2004.

GLENN, Sigrid. *Metacontingências em walden II*. In: MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B., TUDOROV, J. C. (Org.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. 1ª ed. Santo André, ESETEC Editores Associados. 2005. Cap. 2, p. 13-28.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária – atividade e consciência**. Fortaleza, Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. 2005.

LANDIM, F. L. P., NATIONS, M. K., FROTA, M. A., SILVA, R. M. da, VARELA, Z. M. de V. *Ética, solidariedade e redes sociais*. In: BARROSO, M. G. T., VIEIRA, N. F. C., VARELA, Z. M. de V. **Educação em saúde no contexto da promoção humana**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha. 2003. Cap. 4, p. 71-82.

LATTAL, K. A. *Ciência, tecnologia e análise do comportamento*. In: ABREU-RODRIGUES, J., RIBEIRO, M. R. (Org.). **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**. Porto Alegre, Artemed. 2005. Cap. 1, p. 15-26.

MELCOP, Ana Glória, CAMPOS, Alda Roberta, FRANCH, Mônica. **Sem preconceitos: um guia sobre o consumo de drogas para profissionais, usuários e curiosos**. Recife, Centro de Prevenção às Dependências. 2002.

MICHELETTTO, Nilza. *Variação e seleção: as novas possibilidades de compreensão do comportamento humano*. In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**. 1ª ed. Santo André, ESEtec, 2001. Vol. 1, cap. 13, p. 116-129.

NEZU, Arthur M., NEZU, Christine M. *Treinamento em solução de problemas*. In: CABALLO, Vicente E. (Org.). **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos. 2002. Cap. 22, p. 471-493.

RIOS, Luis Fernández. *Psicologia Comportamental Comunitária*. In: CABALLO, Vicente E. (Org.). **Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento**. São Paulo: Santos. 2002. Cap. 33, p. 741-749.

SCHUSTER, Charles. *O comportamento da busca de droga: implicações para as teorias de dependência de droga*. In: EDWARDS, G., LADER, M. (Org.). **A natureza da dependência de drogas**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1994. Cap. 7, p. 206-231.

SÉRIO, T. M. A. P., *O behaviorismo radical e a psicologia como ciência*. In: **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**. n. 7, v. 2, jul-dez 2005 p.247-261.

- SIDMAN, Murray. **Coerção e suas implicações**. Campinas, Editorial Psy. 1995.
- SKINNER, B. F. **Walden II: uma sociedade do futuro**. São Paulo, Editora Herder. 1972.
- SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. 3ª ed. São Paulo, Summus Editorial, LTDA. 1983.
- SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. Campinas, SP, Papirus. 1991.
- SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 10ª ed. São Paulo, Martins Fontes. 2000.
- SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. 9ª ed. São Paulo, Ed. Cultrix. 2004.
- STOCKWELL, Tim. *Bases sociais e psicológicas da dependência de drogas: uma análise com comportamento de busca de drogas em animais e a dependência como um comportamento adquirido*. In: EDWARDS, G., LADER, M. (Org.). **A natureza da dependência de drogas**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1994. Cap. 8, p. 232-251.
- TUDOROV, J. C., MOREIRA, Máisa. *Análise experimental do comportamento e sociedade: um novo foco de estudo*. In: MARTONE, R. C., MOREIRA, M. B., TUDOROV, J. C. (Org.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. 1ª ed. Santo André, ESETec Editores Associados. 2005. Cap. 4, p. 37-43.